



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
Rua General Rondon, 1295 - Bairro Centro, Macapá/AP, CEP 68900-911  
Telefone: - <https://www.tjap.jus.br>

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 0001514-35.2026.8.03.0901

### **CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO CORPORATIVA EM NUVEM, BASEADA NA PLATAFORMA GOOGLE WORKSPACE, INCLUINDO LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E SERVIÇOS ASSOCIADOS.**

#### **1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

##### **1.1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS**

###### **1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE NEGÓCIO**

A presente demanda decorre da necessidade institucional de assegurar a continuidade e a evolução dos serviços de comunicação e colaboração em nuvem no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), os quais são essenciais ao suporte das atividades administrativas e jurisdicionais, especialmente em um contexto de crescente digitalização dos processos de trabalho.

O TJAP atualmente dispõe de solução corporativa baseada na plataforma Google Workspace, amplamente utilizada para correio eletrônico institucional, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de documentos e realização de reuniões virtuais. Trata-se de infraestrutura crítica para a operação do Tribunal, cuja indisponibilidade ou limitação funcional impactaria diretamente a eficiência administrativa, a comunicação institucional e a prestação jurisdicional.

Entretanto, o cenário contratual vigente apresenta restrições relevantes. O contrato atualmente em execução encontra-se em fase final de vigência, admitindo apenas uma última prorrogação anual, sem margem para ampliação quantitativa ou qualitativa por meio de aditivos contratuais. Tal limitação compromete a capacidade da Administração de promover a evolução dos serviços conforme as necessidades institucionais emergentes.

Sob o aspecto técnico, verifica-se que a configuração atual das licenças, majoritariamente na modalidade básica, não contempla integralmente os recursos avançados disponibilizados pela plataforma, especialmente aqueles relacionados à ampliação de armazenamento, governança da informação, segurança e, de forma destacada, às funcionalidades baseadas em inteligência artificial. A incorporação desses recursos, notadamente os associados ao assistente Gemini, apresenta elevado potencial de incremento de produtividade, automação de tarefas, apoio à elaboração de documentos e melhoria na análise de informações, alinhando-se às diretrizes de transformação digital e inovação no setor público.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de reestruturação do modelo de licenciamento atualmente adotado, com a migração de parte das licenças para categoria superior, de modo a viabilizar o

acesso a funcionalidades mais avançadas e adequadas às demandas institucionais. Tal medida visa não apenas a manutenção e aprimoramento dos serviços, mas também a sua modernização e aprimoramento, com ganhos diretos de eficiência, qualidade e segurança da informação.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação pretendida busca garantir a prestação contínua e eficiente dos serviços digitais do Tribunal, promover a otimização dos processos de trabalho e viabilizar a adoção de tecnologias que ampliem a capacidade operacional das unidades administrativas e judiciárias, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e inovação que regem a Administração Pública.

### **1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

A partir das necessidades de negócio identificadas, relacionadas à continuidade, modernização e ampliação dos serviços de comunicação e colaboração em nuvem no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), foram delineadas as correspondentes necessidades tecnológicas que devem ser atendidas pela solução a ser contratada.

Inicialmente, destaca-se a necessidade de manutenção de uma plataforma corporativa integrada, baseada em ambiente de computação em nuvem, capaz de prover serviços de correio eletrônico institucional, armazenamento de arquivos, edição colaborativa de documentos, comunicação síncrona (videoconferência) e assíncrona (mensageria e compartilhamento), com alta disponibilidade, escalabilidade e acesso remoto seguro, de modo a sustentar o funcionamento contínuo das atividades administrativas e jurisdicionais.

Adicionalmente, verifica-se a necessidade de ampliação das funcionalidades atualmente disponíveis, especialmente por meio da disponibilização de recursos avançados de produtividade e automação. Nesse contexto, torna-se imprescindível o acesso a ferramentas baseadas em inteligência artificial, aptas a apoiar a elaboração, revisão e análise de conteúdos institucionais, bem como a otimização de fluxos de trabalho, contribuindo para o aumento da eficiência operacional.

No campo da gestão da informação, a solução deve contemplar mecanismos robustos de governança, incluindo controle de acesso granular, auditoria de atividades, prevenção contra perda de dados (DLP), políticas de retenção e conformidade com normativos aplicáveis ao setor público, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais.

Sob o aspecto de infraestrutura, a solução deve ser fornecida no modelo de software como serviço (SaaS), dispensando a necessidade de implantação e manutenção de infraestrutura local, e assegurando atualização contínua, suporte técnico especializado e compatibilidade com múltiplos dispositivos e sistemas operacionais.

Destaca-se, ainda, a necessidade de suporte à gestão centralizada do ambiente, com disponibilização de painéis administrativos que permitam o gerenciamento de usuários, licenças, configurações de segurança e monitoramento do uso dos serviços, inclusive em cenários de eventual mudança de fornecedor responsável pelo fornecimento das licenças, sem prejuízo da preservação do ambiente tecnológico existente.

Por fim, a solução deverá assegurar interoperabilidade com sistemas e ferramentas já utilizados pelo Tribunal, bem como permitir a migração ou continuidade dos dados e configurações existentes, de forma a minimizar riscos operacionais e garantir a transição adequada entre contratos, quando aplicável.

As necessidades tecnológicas identificadas refletem os requisitos indispensáveis para assegurar a prestação dos serviços atuais, sua evolução funcional e a aderência às diretrizes institucionais de governança, segurança da informação e transformação digital.

### **1.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC**

Com base nas necessidades de negócio e nas necessidades tecnológicas previamente identificadas, foram definidos os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de modo a assegurar a seleção de alternativa capaz de atender, de forma adequada,

eficiente e sustentável, às demandas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução CNJ nº 468/2022.

Os requisitos estabelecidos buscam garantir a continuidade dos serviços atualmente prestados, sua evolução funcional e a aderência às políticas de governança e segurança, evitando, ao mesmo tempo, a imposição de restrições indevidas à competitividade.

Nesse contexto, a solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

**a) Funcionalidades de comunicação e colaboração**

A solução deverá prover ambiente integrado de produtividade em nuvem, contemplando, no mínimo, serviços de correio eletrônico corporativo, armazenamento de arquivos, edição colaborativa de documentos, gestão de agendas e realização de reuniões virtuais, com acesso via navegador e aplicações compatíveis com dispositivos móveis e estações de trabalho.

**b) Recursos avançados de produtividade**

Deverá disponibilizar funcionalidades que ampliem a eficiência dos usuários, incluindo mecanismos de apoio à criação, edição e organização de conteúdos, bem como recursos de automação de tarefas, preferencialmente integrados aos aplicativos da suíte, sem dependência de soluções externas.

**c) Segurança da informação e conformidade**

A solução deverá contemplar mecanismos de controle de acesso, autenticação multifator, auditoria de atividades, proteção contra perda de dados (DLP), criptografia de dados em trânsito e em repouso, além de possibilitar a implementação de políticas de retenção e conformidade com normativos aplicáveis ao setor público e ao Poder Judiciário.

**d) Governança e administração centralizada**

Deverá disponibilizar console administrativa centralizada, permitindo a gestão de usuários, grupos, licenças e configurações de segurança, bem como a geração de relatórios gerenciais e operacionais. Deverá, ainda, permitir a delegação de perfis administrativos e suportar a transferência da gestão do ambiente entre fornecedores autorizados, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

**e) Disponibilidade e continuidade dos serviços**

A solução deverá assegurar alta disponibilidade, com níveis de serviço compatíveis com ambientes corporativos críticos, garantindo a continuidade operacional e a recuperação de dados, inclusive em cenários de transição contratual.

**f) Integração e interoperabilidade**

Deverá possibilitar integração com serviços de diretório e autenticação institucional, bem como com sistemas corporativos existentes, assegurando compatibilidade com formatos amplamente utilizados e viabilizando a importação, exportação e migração de dados.

**g) Modelo de fornecimento e suporte**

A solução deverá ser disponibilizada no modelo de software como serviço (SaaS), com atualizações automáticas, suporte técnico especializado e gestão contínua pelo fornecedor, sem necessidade de implantação de infraestrutura local pela Administração.

**h) Escalabilidade e flexibilidade**

Deverá permitir a ampliação ou redução do quantitativo de licenças, bem como a alteração de perfis de licenciamento conforme a necessidade institucional, assegurando flexibilidade para adaptação ao crescimento da demanda e à evolução dos serviços.

**i) Transição e preservação do ambiente existente**

A solução deverá assegurar a continuidade do ambiente tecnológico atualmente utilizado, com preservação de dados, contas e configurações, permitindo a transição entre fornecedores autorizados de forma transparente e com mínimo impacto às operações institucionais.

**j) Adequação econômica e contratual**

A solução deverá apresentar modelo de contratação que assegure previsibilidade de custos, compatibilidade com o planejamento orçamentário institucional e viabilidade de contratação conforme as hipóteses legais aplicáveis, incluindo, quando cabível, a contratação por intermédio de empresa pública.

Os requisitos acima decorrem diretamente das necessidades de negócio e tecnológicas identificadas, especialmente quanto à continuidade dos serviços, ampliação da produtividade institucional e fortalecimento da governança e segurança da informação.

### 1.2.1. REQUISITOS SOCIOAMBIENTAIS

A contratação pretendida deverá observar, no que couber, os princípios de sustentabilidade socioambiental aplicáveis às contratações públicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de responsabilidade ambiental e eficiência no uso de recursos.

Considerando que o objeto consiste no fornecimento de solução de comunicação e colaboração em nuvem, no modelo de software como serviço (SaaS), os requisitos socioambientais concentram-se na mitigação de impactos indiretos e na promoção de ganhos associados à eficiência operacional e à governança da informação.

Nesse contexto, a solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

#### a) Eficiência energética e sustentabilidade da infraestrutura

O fornecedor deverá adotar práticas que promovam a eficiência no uso de recursos computacionais, preferencialmente utilizando infraestrutura de data centers com padrões reconhecidos de eficiência energética e, sempre que possível, com utilização de fontes de energia renovável ou políticas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

#### b) Gestão eficiente de dados e recursos digitais

A solução deverá possibilitar a implementação de políticas de governança da informação, incluindo retenção, classificação e descarte de dados, de forma a evitar o uso excessivo e desnecessário de recursos de armazenamento e processamento.

#### c) Portabilidade e interoperabilidade de dados

A solução deverá garantir a possibilidade de exportação e migração de dados em formatos amplamente utilizados, contribuindo para a redução de riscos de dependência tecnológica e favorecendo a sustentabilidade do ciclo de vida da solução.

Ressalta-se que, em razão da natureza do objeto, não se aplicam requisitos específicos relacionados à logística reversa de bens, uma vez que não há fornecimento relevante de equipamentos ou materiais físicos no escopo da contratação.

Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a contratação contribua para a promoção da sustentabilidade, da eficiência no uso de recursos públicos e da redução de impactos ambientais indiretos, em alinhamento com as boas práticas de governança de TIC.

## 1.3. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS

### 1.3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

No intuito de atender à necessidade institucional de continuidade e evolução dos serviços de comunicação e colaboração em nuvem, foram identificadas, no mercado, soluções tecnológicas aptas a prover funcionalidades equivalentes ou superiores às atualmente utilizadas pelo Tribunal, considerando aspectos como integração de serviços, escalabilidade, segurança da informação e suporte a ambientes corporativos de grande porte.

As soluções identificadas podem ser agrupadas conforme suas características técnicas e modelos de fornecimento, conforme descrito a seguir:

#### a) Manutenção da solução atualmente adotada com reconfiguração de licenças (Google Workspace)

Consiste na continuidade da utilização da plataforma já implantada no ambiente institucional, mediante a realização de nova contratação para fornecimento das licenças, podendo ocorrer com fornecedor distinto do atual. Nesse modelo, há a transferência da gestão administrativa do ambiente (incluindo painéis de controle e faturamento) para o novo parceiro, mantendo-se a base tecnológica existente. A solução contempla serviços integrados de correio eletrônico, armazenamento em nuvem, edição colaborativa de

documentos, comunicação síncrona e assíncrona, além de funcionalidades avançadas relacionadas à segurança, governança da informação e recursos de inteligência artificial.

**b) Substituição por suíte corporativa equivalente de outro fornecedor (ex.: Microsoft 365)**

Refere-se à adoção de plataforma alternativa de produtividade e colaboração em nuvem, com funcionalidades equivalentes, tais como correio eletrônico corporativo, armazenamento em nuvem, edição de documentos, videoconferência e ferramentas de comunicação integrada. Essas soluções, de modo geral, apresentam forte integração entre aplicações, recursos avançados de segurança e conformidade, bem como ampla adoção em ambientes corporativos.

**c) Adoção de suíte colaborativa alternativa de menor porte (ex.: Zoho Workplace ou similares)**

Compreende soluções que também oferecem serviços integrados de comunicação e colaboração em nuvem, incluindo e-mail corporativo, armazenamento e ferramentas de produtividade, porém com menor grau de maturidade, ecossistema e penetração em ambientes institucionais de grande porte. Tais plataformas podem apresentar modelos de licenciamento diferenciados e maior flexibilidade em termos de custos.

**d) Implementação de arquitetura baseada em múltiplas ferramentas especializadas**

Consiste na utilização combinada de diferentes soluções específicas para comunicação, colaboração e armazenamento, tais como ferramentas de mensagens corporativas, videoconferência e edição de documentos, sem a adoção de uma suíte unificada. Essa abordagem caracteriza-se pela segmentação funcional das ferramentas, exigindo integração entre diferentes plataformas para composição do ambiente de trabalho digital.

**e) Adoção de soluções baseadas em software livre ou infraestrutura autogerida**

Refere-se à implementação de ferramentas de comunicação e colaboração mantidas diretamente pela própria Administração, utilizando softwares de código aberto e infraestrutura própria ou contratada. Essa alternativa envolve a disponibilização de serviços como correio eletrônico, armazenamento e colaboração por meio de soluções autogeridas, demandando maior controle operacional e capacidade interna de sustentação tecnológica.

As soluções acima representam as principais abordagens disponíveis para atendimento da necessidade identificada, contemplando desde a evolução do ambiente atualmente utilizado até a substituição integral ou reestruturação do modelo tecnológico adotado. Cada uma dessas alternativas apresenta características próprias quanto à forma de implementação, integração, escalabilidade e modelo de gestão, as quais serão analisadas nos tópicos subsequentes.

### 1.3.2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Com base nas soluções identificadas e nos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC definidos no item 1.1.3, procedeu-se à análise comparativa das alternativas disponíveis, considerando critérios de aderência funcional, segurança, governança, continuidade, integração, modelo de fornecimento, escalabilidade, transição e adequação econômica.

A alternativa consistente na **manutenção da solução atualmente adotada, com reconfiguração do modelo de licenciamento do Google Workspace**, apresenta aderência integral aos requisitos estabelecidos, destacando-se pela continuidade do ambiente já implantado, pela ampla utilização institucional e pela possibilidade de evolução funcional mediante ampliação de licenças. Essa alternativa demonstra elevado grau de compatibilidade com os requisitos de comunicação e colaboração, produtividade avançada, segurança da informação, governança administrativa e integração com o ecossistema tecnológico existente. Ademais, apresenta vantagem significativa quanto à transição, uma vez que permite a preservação integral dos dados, contas e configurações, mesmo em cenário de eventual mudança de fornecedor autorizado, reduzindo riscos operacionais.

A alternativa de **substituição por suíte corporativa equivalente de outro fornecedor (ex.: Microsoft 365)** apresenta elevada aderência sob os aspectos funcionais, de segurança, governança e escalabilidade, sendo tecnicamente capaz de atender aos requisitos definidos. Contudo, essa alternativa apresenta limitações relevantes quanto ao requisito de transição e preservação do ambiente existente, uma vez que

implica processo de migração integral de dados, usuários e fluxos de trabalho, com potencial impacto na continuidade dos serviços, aumento do risco operacional e necessidade de capacitação dos usuários.

A alternativa de **adoção de suíte colaborativa de menor porte (ex.: Zoho Workplace ou similares)** apresenta aderência parcial aos requisitos, sendo capaz de atender às funcionalidades básicas de comunicação e colaboração. Entretanto, evidencia limitações quanto à maturidade da solução, robustez dos mecanismos de segurança e governança, bem como quanto à capacidade de atendimento a ambientes institucionais de grande porte, resultando em aderência intermediária aos requisitos estabelecidos.

A alternativa de **implementação de arquitetura baseada em múltiplas ferramentas especializadas** apresenta limitações estruturais relevantes, especialmente quanto à ausência de integração nativa entre os serviços, o que compromete a governança centralizada, a gestão de usuários e a uniformidade dos processos de trabalho. Adicionalmente, essa abordagem pode acarretar aumento da complexidade operacional, dificuldade de administração e maior risco à segurança da informação, resultando em aderência reduzida a diversos requisitos.

Por fim, a alternativa de **adoção de soluções baseadas em software livre ou infraestrutura autogerida** apresenta baixa aderência aos requisitos definidos, sobretudo em razão da necessidade de implantação e manutenção de infraestrutura própria, elevada demanda por recursos técnicos internos, maior complexidade operacional e dificuldade de assegurar níveis adequados de disponibilidade, segurança e suporte. Tais fatores tornam essa alternativa menos adequada ao contexto institucional analisado.

Diante do exposto, verifica-se que, embora existam múltiplas soluções tecnicamente viáveis no mercado, as alternativas diferem significativamente quanto ao grau de aderência aos requisitos estabelecidos, especialmente no que se refere à continuidade dos serviços, à governança do ambiente e aos riscos associados à transição tecnológica, aspectos que serão considerados na manutenção da operação etapa de conclusão quanto à solução mais adequada.

Para fins de consolidação da análise realizada, apresenta-se, a seguir, quadro comparativo de aderência das soluções identificadas aos requisitos necessários e suficientes definidos neste Estudo Técnico Preliminar:

Requisitos \ Soluções	Google Workspace (manutenção e reconfiguração)	Suíte equivalente	Suíte alternativa	Múltiplas ferramentas	Software livre / autogerido
a) Comunicação e colaboração	Alta	Alta	Média	Média	Baixa
b) Produtividade avançada (IA)	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa
c) Segurança e conformidade	Alta	Alta	Média	Média	Baixa
d) Governança e administração	Alta	Alta	Média	Baixa	Baixa
e) Disponibilidade e continuidade	Alta	Alta	Média	Baixa	Baixa

Requisitos \ Soluções	Google Workspace (manutenção e reconfiguração)	Suíte equivalente	Suíte alternativa	Múltiplas ferramentas	Software livre / autogerido
f) Integração e interoperabilidade	Alta	Alta	Média	Média	Baixa
g) Modelo SaaS e suporte	Alta	Alta	Alta	Média	Baixa
h) Escalabilidade e flexibilidade	Alta	Alta	Média	Média	Baixa
i) Transição e preservação do ambiente	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa

### 1.3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

A estimativa das quantidades da contratação foi elaborada com base em dados reais de utilização da solução atualmente implantada no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), bem como nas diretrizes institucionais de gestão de contas e nas projeções de demanda.

De acordo com o Relatório Mensal de Serviços referente ao mês de março de 2026, o ambiente institucional conta com 2.105 licenças atribuídas, distribuídas entre os diferentes perfis de licenciamento, refletindo o universo de usuários ativos e unidades organizacionais atendidas pela solução.

A gestão das contas institucionais observa os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 117/2024, que regulamenta a criação, manutenção, suspensão e exclusão de contas de e-mail no âmbito do Tribunal, assegurando o controle de contas inativas e a adequada utilização das licenças disponíveis.

Com base nesses elementos, o dimensionamento da contratação foi definido de forma a assegurar a operação regular do atendimento integral dos usuários atuais, ao mesmo tempo em que promove a evolução da solução por meio da reconfiguração do perfil de licenciamento.

Nesse contexto, a contratação prevê o seguinte quantitativo:

Quadro – Quantitativo de Licenças por Tipo

Item	Tipo de Licença	Quantidade
1	Enterprise Starter	1.967
2	Enterprise Standard	250
3	Enterprise Plus	6
	Total Geral	2.223

A definição desse quantitativo decorre da necessidade de ampliação controlada das licenças de maior capacidade, mediante a migração parcial de usuários do plano Starter para o plano Standard, de modo a atender demandas específicas por funcionalidades avançadas, especialmente relacionadas à produtividade, retenção de dados e uso de recursos ampliados da plataforma.

Ressalta-se que a manutenção da maior parte das licenças no perfil Starter decorre da adequação desse plano às atividades rotineiras da maioria dos usuários. Ademais, a definição do quantitativo nesse perfil considerou, de forma expressa, as limitações orçamentárias da Administração, buscando equilibrar a

ampliação de capacidades com a necessidade de controle do custo global da contratação, evitando a elevação indiscriminada de licenças em categorias superiores.

A ampliação do quantitativo de licenças Standard, por sua vez, foi dimensionada de forma seletiva, direcionada a unidades e perfis que demandam maior capacidade funcional, assegurando melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

Adicionalmente, o quantitativo proposto considera:

- a existência de contas técnicas e institucionais indispensáveis ao funcionamento das unidades administrativas e judiciais;
- a necessidade de preservação de contas atualmente suspensas até validação junto às unidades responsáveis;
- a manutenção de margem operacional para absorção de variações na demanda;
- a possibilidade de crescimento do número de usuários, em razão de eventual ingresso de novos servidores.

Dessa forma, o dimensionamento adotado equilibra manutenção da operação, ampliação de capacidades e responsabilidade fiscal, assegurando aderência às necessidades institucionais do TJAP e flexibilidade para atendimento de demandas futuras.

#### **1.3.4. PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO**

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de estimar o valor da contratação a partir de parâmetros confiáveis e representativos de mercado.

Para a formação do valor estimado, foram utilizadas múltiplas fontes, conforme previsto no art. 5º da referida instrução normativa, abrangendo:

- contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- bases de dados de tribunais de contas;
- cotação direta com fornecedor, incluindo proposta formal da empresa pública EMPREL.

A pesquisa foi materializada por meio de relatório específico, no qual consta o detalhamento das fontes consultadas, os valores obtidos e o método matemático aplicado para definição dos preços estimados .

Metodologia adotada

O valor estimado foi definido com base na média aritmética dos preços válidos obtidos, conforme previsto no art. 3º, inciso V, da Instrução Normativa nº 65/2021 .

Adicionalmente, foram aplicados critérios estatísticos para tratamento dos dados, com exclusão de valores considerados:

- excessivamente elevados, quando superiores a 30% da média do conjunto de preços;
- inexequíveis, quando inferiores a 70% da média dos preços obtidos.

Tais critérios foram aplicados conforme metodologia consolidada em manuais de referência, assegurando maior confiabilidade aos valores estimados .

Resultados da pesquisa de preços

A pesquisa contemplou os três perfis de licenciamento previstos na contratação, cujos valores médios estimados foram os seguintes:

Quadro – Valores estimados por tipo de licença

Tipo de Licença	Quantidade	Valor Unitário (Anual)	Valor Anual Total	Valor Total (36 meses)
Enterprise Starter	1.967	R\$ 656,05	R\$ 1.290.450,35	R\$ 3.871.351,05
Enterprise Standard	250	R\$ 1.864,57	R\$ 466.142,50	R\$ 1.398.427,50
Enterprise Plus	6	R\$ 2.348,61	R\$ 14.091,66	R\$ 42.274,98
<b>Total Geral</b>	<b>2.223</b>	—	<b>R\$ 1.770.684,51</b>	<b>R\$ 5.312.053,53</b>

Os valores acima foram obtidos a partir da consolidação de preços praticados em contratações públicas recentes e cotações diretas, conforme demonstrado no relatório de cotação.

#### 1.4. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

No âmbito da análise das soluções possíveis para atendimento da necessidade institucional de comunicação e colaboração em nuvem, procedeu-se à avaliação das alternativas disponíveis no mercado à luz dos requisitos necessários e suficientes definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Da análise realizada, verificou-se que não foram identificadas soluções absolutamente inviáveis, uma vez que todas as alternativas consideradas apresentam, em maior ou menor grau, capacidade de atendimento às necessidades institucionais, especialmente no que se refere às funcionalidades básicas de comunicação e colaboração.

Entretanto, constatou-se que as soluções avaliadas apresentam níveis distintos de aderência aos requisitos estabelecidos, bem como diferenças relevantes quanto à maturidade tecnológica, complexidade de implementação, riscos operacionais e capacidade de atendimento a ambientes institucionais de grande porte, como o do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP).

Destaca-se que determinadas alternativas, tais como a adoção de múltiplas ferramentas especializadas ou de soluções baseadas em software livre e infraestrutura autogerida, embora tecnicamente possíveis, apresentam menor aderência a requisitos essenciais, especialmente aqueles relacionados à governança centralizada, segurança da informação, continuidade dos serviços e suporte técnico estruturado, o que impacta negativamente sua adequação ao contexto institucional analisado.

De igual modo, soluções de menor porte, embora possam atender parcialmente às funcionalidades requeridas, apresentam limitações quanto à robustez, escalabilidade e integração com o ecossistema tecnológico existente, fatores relevantes para o ambiente do TJAP.

Dessa forma, optou-se por não excluir previamente nenhuma das alternativas identificadas, mantendo todas no escopo da análise comparativa, de modo a assegurar a avaliação ampla e isonômica das soluções disponíveis, em conformidade com os princípios da motivação, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022.

Por conseguinte, a distinção entre as soluções será estabelecida com base no grau de aderência aos requisitos definidos, bem como nos aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados nos tópicos subsequentes.

#### 1.5. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

##### 1.5.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

O cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost of Ownership – TCO) foi realizado considerando o ciclo de vida completo da solução de comunicação e colaboração em nuvem a ser contratada, abrangendo não apenas os custos diretos de licenciamento, mas também os custos indiretos associados à sua implantação, operação, suporte e utilização no ambiente institucional.

Em razão da natureza da solução, fornecida no modelo de software como serviço (SaaS), não há incidência de custos relacionados à aquisição de ativos físicos, infraestrutura local, garantia de

equipamentos ou manutenção de hardware, uma vez que tais responsabilidades são integralmente suportadas pelo fornecedor.

Os custos considerados na presente análise compreendem:

- **Custos de implantação:** relacionados à ativação das licenças, configuração inicial do ambiente e eventual transição de fornecedor, quando aplicável, sendo, neste caso, absorvidos no valor global da contratação;
- **Custos anuais:** correspondentes ao valor do licenciamento da solução, incluindo o fornecimento das licenças e o acesso às funcionalidades contratadas, constituindo o principal componente do custo total;
- **Custos operacionais:** relacionados à gestão administrativa do contrato e à administração do ambiente, os quais são reduzidos em função da centralização e automação proporcionadas pela solução;
- **Custos de treinamento:** associados à capacitação dos usuários para utilização das funcionalidades da plataforma, considerados baixos em razão da familiaridade prévia dos usuários com o ambiente já adotado pelo Tribunal.

Dessa forma, considerando que a solução selecionada consiste na continuidade da plataforma já implantada, com reconfiguração do modelo de licenciamento, os custos de implantação, operação e treinamento apresentam impacto reduzido ou já se encontram incorporados ao modelo de fornecimento.

O quadro a seguir sintetiza a estimativa dos custos totais de propriedade da solução:

Solução	Custo estimado Implantação	Custo Estimado Anual (pagamento único)	Custo Estimado Operacional	Custo Estimado de Treinamento	Custo Total (36 meses)
Manutenção da solução atualmente adotada com reconfiguração de licenças (Google Workspace)	Incluso no valor global	R\$ 1.770.684,51	Incluso	Incluso	R\$ 5.312.053,53

Ressalta-se que o valor estimado anual representa o custo recorrente da contratação, já contemplando o fornecimento das licenças e os serviços associados, não sendo identificados custos adicionais relevantes ao longo do ciclo de vida da solução.

Conclui-se, portanto, que a solução apresenta estrutura de custos simplificada, previsível e predominantemente concentrada no licenciamento, o que favorece o planejamento orçamentário e a gestão contratual, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 1.5.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

O presente mapa comparativo apresenta a estimativa do Custo Total de Propriedade (TCO) das soluções viáveis identificadas, considerando o ciclo de vida da contratação, incluindo custos diretos e indiretos, tais como licenciamento, suporte, implantação, migração e operação.

Para as soluções alternativas que implicam substituição da plataforma atualmente utilizada, foram considerados custos adicionais de migração, adaptação e eventual capacitação, inexistentes na solução escolhida.

#### Quadro – Mapa Comparativo de TCO (3 anos)

Solução	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
<b>Manutenção Google Workspace (EMPREL)</b>	R\$ 1.489.323,20	R\$ 1.489.323,20	R\$ 1.489.323,20	R\$ <b>4.467.969,60</b>
<b>Google Workspace (mercado/IPNET)</b>	R\$ 1.885.391,59	R\$ 1.885.391,59	R\$ 1.885.391,59	R\$ 5.656.174,77
<b>Microsoft 365 (E3/E5 equivalente)</b>	R\$ 2.150.000,00	R\$ 1.950.000,00	R\$ 1.950.000,00	R\$ 6.050.000,00
<b>Zoho Workplace / alternativa similar</b>	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 3.800.000,00
<b>Arquitetura fragmentada (multi-ferramentas)</b>	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.350.000,00	R\$ 1.350.000,00	R\$ 4.300.000,00

#### Premissas adotadas

- A solução escolhida **não possui custo de migração**, por se tratar de continuidade do ambiente existente;
- As soluções alternativas consideram custo inicial de:
  - migração de dados;
  - reconfiguração de ambiente;
  - adaptação dos usuários;
- **A pesquisa de preços de mercado teve como foco principal a solução Google Workspace**, em razão de sua aderência direta ao objeto da contratação e da existência de maior disponibilidade de dados públicos e comparáveis;
- Para as demais soluções (Microsoft 365, Zoho e arquitetura fragmentada), os valores foram estimados **com base em variações percentuais observadas entre soluções equivalentes de mercado**, considerando benchmarks de contratações públicas e diferenças de posicionamento entre plataformas, especialmente quanto a:
  - nível de funcionalidades;
  - modelo de licenciamento;
  - custos indiretos de implantação e operação;
- Dessa forma, os valores atribuídos às soluções alternativas não decorrem de pesquisa direta específica para cada plataforma, mas de **estimativas técnicas proporcionais**, derivadas da base de preços validada para o Google Workspace, com ajustes compatíveis com a realidade de mercado;
- Não foi aplicada atualização monetária (ICTI), considerando o horizonte de 3 anos e a finalidade comparativa da análise.

#### 1.6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A especificação do objeto a ser contratado foi definida com base nas necessidades de negócio e tecnológicas previamente identificadas, bem como nos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, de modo a assegurar o atendimento adequado às demandas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), sem incorrer em detalhamento excessivo próprio de fases posteriores da contratação.

Conforme orientação doutrinária aplicável à fase de planejamento, destaca-se que: *“A descrição do objeto a ser contratado prevista no ETP não deve ser pormenorizada, pois essa é função do Termo de Referência. Contudo, deve conter especificação mínima contemplando as características principais do objeto, sobretudo aquelas que impactem significativamente o preço ou a escolha da solução.”* (BARBOSA, Jandeson da Costa. **Fase de Planejamento da Contratação com Apoio da Inteligência Artificial. 3.ed. Natal: Virtú Edições, 2025**).

Dessa forma, o objeto da contratação consiste no **fornecimento de licenças de suíte corporativa de comunicação e colaboração em nuvem, no modelo de software como serviço (SaaS), com serviços associados**, destinado ao atendimento das unidades administrativas e judiciárias do TJAP.

A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- **Disponibilizar ambiente integrado de comunicação e colaboração em nuvem**, contemplando correio eletrônico corporativo, armazenamento de arquivos, edição colaborativa de documentos, gestão de agendas e realização de reuniões virtuais;
- **Permitir acesso multiplataforma**, por meio de navegador web e aplicações compatíveis com dispositivos móveis e estações de trabalho, garantindo mobilidade e acesso remoto seguro;
- **Disponibilizar licenciamento por usuário**, com diferenciação de perfis de licenças (básico e avançado), conforme necessidades institucionais, incluindo quantitativos estimados compatíveis com o cenário atual do Tribunal;
- **Disponibilizar funcionalidades avançadas de produtividade**, incluindo recursos integrados de automação e apoio à elaboração e organização de conteúdos, incorporados à suíte de aplicativos;
- **Atender aos requisitos de segurança da informação**, contemplando controle de acesso, autenticação multifator, criptografia de dados em trânsito e em repouso, auditoria de atividades e mecanismos de prevenção contra perda de dados;
- **Disponibilizar console administrativa centralizada**, permitindo a gestão de usuários, grupos, licenças e políticas de segurança, bem como a geração de relatórios gerenciais;
- **Assegurar alta disponibilidade dos serviços**, com níveis de serviço compatíveis com ambientes corporativos críticos e suporte à continuidade operacional;
- **Permitir integração com sistemas e serviços institucionais**, incluindo diretórios de autenticação e demais aplicações corporativas;
- **Ser fornecida no modelo SaaS**, com atualização contínua, suporte técnico especializado e ausência de necessidade de infraestrutura local;
- **Assegurar a continuidade do ambiente atualmente utilizado**, com preservação de dados, contas e configurações, inclusive em cenário de mudança de fornecedor autorizado, sem interrupção relevante dos serviços.

Ressalta-se que o detalhamento técnico completo, incluindo especificações funcionais, não funcionais, níveis de serviço (SLA), requisitos de segurança, critérios de aceitação e demais condições operacionais, será formalizado em instrumento próprio a ser elaborado na fase subsequente, compondo o Anexo Técnico do Termo de Referência, o qual estabelecerá, de forma exaustiva, os parâmetros necessários à execução contratual.

## 1.7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da solução de comunicação e colaboração em nuvem, **consistente na manutenção da plataforma atualmente utilizada (Google Workspace), mediante nova contratação com reconfiguração do modelo de licenciamento e upgrade necessário**, tem por objetivo alcançar resultados institucionais relevantes, especialmente no que se refere à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

No aspecto da **economicidade**, a solução escolhida possibilita a redução do custo global em relação às alternativas de mercado, bem como maior previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual.

Ademais, elimina custos indiretos relevantes associados à substituição de plataforma, tais como migração de dados, reconfiguração de ambiente e capacitação intensiva de usuários, assegurando o pleno aproveitamento do investimento já realizado no ambiente atualmente implantado.

Quanto ao **aproveitamento dos recursos humanos**, a manutenção da plataforma já utilizada preserva o conhecimento institucional acumulado, reduzindo a necessidade de treinamento e adaptação. O upgrade de licenças, por sua vez, amplia o acesso a funcionalidades avançadas, contribuindo para o aumento da produtividade, redução de retrabalho e melhor utilização do tempo dos servidores e colaboradores.

Sob a perspectiva da **eficiência administrativa e operacional**, a solução contribui para a simplificação da gestão contratual, redução de riscos de descontinuidade dos serviços e melhoria no controle e na administração dos recursos de TIC. Além disso, promove maior integração entre unidades administrativas e judiciais, com impacto positivo na fluidez das atividades colaborativas.

Por fim, a solução escolhida fortalece a **governança de tecnologia da informação**, ao ampliar a capacidade de gestão do ambiente de colaboração, alinhar-se às diretrizes institucionais de transformação digital e contribuir para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados pelo TJAP.

## 1.8. PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DO TJAP

### 1.9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Identifica-se como contratação correlata, aplicável às licenças que sobem de nível:

#### 1) Soluções complementares de segurança da informação (ex.: CASB, DLP externo ou equivalentes).

##### b) Justificativa técnica

O TJAP já possui soluções de segurança da informação voltadas à proteção de endpoints e controle de acessos privilegiados, como serviços gerenciados de EDR (Contrato nº 029/2024) e solução CyberArk (Contrato nº 002/2025). Contudo, tais ferramentas não contemplam, de forma específica, o monitoramento e controle do uso de aplicações em nuvem.

A ampliação do uso da solução de colaboração em nuvem, especialmente com funcionalidades avançadas, exige maior capacidade de controle sobre o acesso, o compartilhamento e o tratamento de dados institucionais. Nesse contexto, soluções como CASB e DLP externo permitem:

- monitorar o uso da plataforma em nuvem;
- aplicar políticas de controle de acesso e compartilhamento;
- prevenir vazamento de dados sensíveis.

A não adoção dessas soluções não inviabiliza a contratação principal, porém pode limitar o nível de controle e visibilidade sobre o uso da plataforma em nuvem. Nesse cenário, determinadas funcionalidades de monitoramento e proteção de dados passam a depender exclusivamente dos mecanismos nativos da solução, o que pode restringir a capacidade de gestão mais avançada do ambiente, especialmente em contextos de uso ampliado e compartilhamento de informações.

Trata-se de contratação complementar, já em estudo pela unidade técnica e a ser avaliada conforme o nível de maturidade em segurança da informação pretendido pela Administração.

### 1.10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para viabilizar a contratação da solução de comunicação e colaboração em nuvem, consistente na manutenção da plataforma atualmente utilizada, mediante nova contratação com reconfiguração do modelo de licenciamento, deverão ser adotadas, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências pela Administração:

- **Designação formal da equipe de gestão e fiscalização contratual**, com definição clara de atribuições, em conformidade com a legislação vigente, assegurando o adequado acompanhamento da execução contratual;
- **Validação dos quantitativos e perfis de licenças a serem contratados**, com base na análise da base instalada e nas necessidades institucionais, especialmente quanto à migração de parte das licenças para categoria superior;
- **Alinhamento técnico-administrativo para a transição da gestão do ambiente**, incluindo a definição do procedimento de transferência da administração da plataforma (painéis de controle, faturamento e suporte) para o novo fornecedor autorizado, de forma a preservar a prestação dos serviços sem interrupção;
- **Verificação e preservação das configurações do ambiente atual**, incluindo políticas de segurança, grupos de usuários, integrações e demais parâmetros críticos, de modo a assegurar a integridade e continuidade da operação;
- **Avaliação das integrações existentes com sistemas institucionais**, garantindo que eventuais dependências sejam mantidas ou adequadamente ajustadas no novo contrato;
- **Adoção das medidas administrativas necessárias à formalização da contratação**, incluindo instrução processual, validação jurídica, disponibilidade orçamentária e demais atos preparatórios exigidos;
- **Planejamento da continuidade do serviço**, considerando a proximidade do término do contrato vigente, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços de comunicação institucional.

#### 1.11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

À luz das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de solução de comunicação e colaboração em nuvem, consistente na manutenção da plataforma atualmente utilizada (Google Workspace), mediante nova contratação com reconfiguração do modelo de licenciamento e realização do upgrade necessário.

No decorrer dos estudos conduzidos, que abrangeram a identificação das necessidades institucionais, o levantamento de soluções disponíveis no mercado, a análise comparativa das alternativas e a avaliação dos custos ao longo do ciclo de vida da contratação, foi identificada a Empresa Municipal de Informática – EMPREL como alternativa apta ao atendimento da demanda, em razão da aderência de sua solução aos requisitos técnicos estabelecidos e da compatibilidade de seu modelo de prestação de serviços com as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP).

Sob o aspecto econômico, a proposta apresentada pela EMPREL demonstrou-se vantajosa em relação aos parâmetros obtidos na pesquisa de preços realizada conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, destacando-se pela oferta integrada de licenciamento e serviços associados, o que contribui para a redução de custos indiretos e para a mitigação de riscos operacionais.

Do ponto de vista técnico e operacional, a solução assegura a continuidade dos serviços já prestados, amplia as funcionalidades disponíveis e preserva a estabilidade do ambiente institucional, fatores que favorecem a eficiência administrativa e a adequada prestação dos serviços. Ademais, a centralização administrativa e a previsibilidade do modelo contratual contribuem para maior efetividade na gestão e fiscalização do contrato, aspecto essencial para o adequado acompanhamento da execução e garantia dos resultados pretendidos.

Destaca-se, ainda, que a adoção da contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, além de juridicamente cabível no caso concreto, proporciona maior eficiência na tramitação processual, reduzindo o tempo necessário à formalização contratual. Tal característica contribui para a diminuição de custos administrativos indiretos e para a mitigação de riscos associados à descontinuidade de serviços essenciais, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, economicidade e planejamento.

Diante do exposto, e considerando que a alternativa foi identificada no âmbito dos estudos realizados e que a proposta apresentada por empresa pública evidencia vantajosidade para a Administração, posiciona-se conclusivamente pela viabilidade da contratação e pelo regular prosseguimento do processo,

de modo que a contratação direta seja devidamente instruída e, ao final, adjudicada e homologada pela autoridade competente, assegurando o atendimento da necessidade a que se destina, com especial atenção à adequada gestão e fiscalização contratual.

Por fim, ressalta-se que as informações constantes neste estudo foram analisadas de forma abrangente e fundamentada, evidenciando a adequação da solução escolhida aos interesses institucionais do TJAP.

## 2. GESTÃO DO CONTRATO

### 2.1. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO – MÉTRICA E PERIODICIDADE

#### 2.1.1. Critérios de Aceitação Técnica

**Conformidade da Proposta:** As propostas devem estar em estrita conformidade com as especificações técnicas, requisitos funcionais e as características das licenças descritas no Termo de Referência.

**Recebimento Provisório:** Ocorre após a conclusão da implementação e configuração inicial, que inclui o provisionamento do ambiente, ativação de usuários/grupos, configuração de políticas/DNS e a migração básica de e-mails.

**Recebimento Definitivo:** Condicionado à verificação da conformidade total com as especificações técnicas, funcionais e de segurança, demonstração de estabilidade, cumprimento de SLAs e a disponibilização da plataforma de capacitação com conteúdos educacionais para os usuários.

#### 2.1.2. Métricas e Níveis de Serviço (SLAs)

A qualidade da solução será avaliada continuamente através dos seguintes indicadores de desempenho:

**Suporte Enterprise:** Tempo de atendimento e solução de chamados em até 4 horas úteis.

**Suporte Basic:** Tempo de atendimento e solução de chamados em até 8 horas úteis.

**Disponibilidade da Plataforma:** Medida pela ausência de interrupções no acesso aos serviços.

**Ativação Mínima:** No primeiro pedido, não é permitida a ativação de volume inferior a 80% do total contratado.

### 2.2. METODOLOGIA/FORMAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS E TECNOLÓGICAS

A avaliação da qualidade e a conformidade da solução com as especificações funcionais e tecnológicas serão realizadas de forma contínua por meio das seguintes metodologias:

**Verificação de Conformidade Técnica:** Análise constante da aderência da solução aos requisitos funcionais (e-mail, colaboração, videoconferência e IA) e técnicos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

**Gestão de Níveis de Serviço (SLAs):** Monitoramento regular da disponibilidade da plataforma e dos tempos de resposta do suporte técnico, com metas de 4 horas úteis para chamados Enterprise e 8 horas úteis para chamados Basic.

**Monitoramento e Auditoria:** Análise periódica de relatórios de utilização, segurança e desempenho fornecidos pela contratada, além de auditorias pontuais para verificar a aderência contínua à LGPD e à norma ISO 27001.5

**Avaliação de Desempenho e Feedback:** Coleta de informações sobre a experiência dos usuários e fiscalização permanente para garantir a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.<sup>6</sup>

### 2.3. PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

**Prazos de Emissão:** No primeiro pedido, a nota fiscal deve ser emitida **15 dias após a ativação das licenças**. Para as parcelas anuais subsequentes, a emissão ocorre **15 dias após a data de aniversário do contrato**.

**Documentação Obrigatória:** A nota fiscal deve ser apresentada acompanhada das seguintes certidões de regularidade vigentes:

- Certidão Negativa de Débito (CND) relativa ao INSS.
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**Condições para Pagamento:** O pagamento será realizado anualmente em **parcela única** referente a 12 meses. A liquidação depende do cumprimento de todas as exigências contratuais, da regularidade fiscal da contratada e da inexistência de fatos impeditivos.

**Vedações:** É expressamente proibido o pagamento antecipado, seja ele parcial ou total. Além disso, não é permitida a ativação de volume inferior a **80%** do contratado no primeiro pedido

## 2.4. EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

FISCAL	NOME	MATRICULA	E-MAIL	UNIDADE
FISCAL TÉCNICO	Bruno William Silva Lima	24679	bruno.lima@tjap.jus.br	SETIC
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Marcos Roberto Fonseca Magalhães	44339	marcos.magalhaes@tjap.jus.br	SETIC
GESTOR DO CONTRATO	Jonas Gil da Silva	24687	jonas.silva@tjap.jus.br	CGTI

## 3. PLANO DE SUSTENTAÇÃO, ESTRATÉGIA PARA CONTRATAÇÃO E CONTINUIDADE CONTRATUAL

### 3.1. RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 3.1.1. RECURSOS MATERIAIS

A solução é provida na modalidade Software as a Service (SaaS), garantindo alta disponibilidade e acessibilidade a partir de qualquer localidade com internet.

##### 3.1.1.1. DISPONIBILIDADE

A solução dispensa a necessidade de infraestrutura local dedicada, sendo integralmente disponibilizada em ambiente de nuvem gerenciado pelo fornecedor, o que reduz a dependência de ativos físicos e simplifica a operação.

A Administração deverá garantir apenas a disponibilidade de estações de trabalho com acesso à internet e navegadores compatíveis, além de infraestrutura básica de rede institucional.

##### 3.1.1.2. QUANTIDADES / COMPETÊNCIAS

Serão contratadas **1.967 licenças do tipo Enterprise Starter, 250 licenças do tipo Enterprise Standard e 6 licenças do tipo Enterprise Plus**, conforme dimensionamento realizado com base nas necessidades institucionais e na estratégia de reconfiguração do perfil de licenciamento.

A infraestrutura de hardware, armazenamento e processamento necessária à sustentação da solução em nuvem é de responsabilidade da contratada, no âmbito do modelo de prestação de serviços em nuvem (SaaS), incluindo a garantia de disponibilidade, segurança e desempenho da plataforma.

Os recursos materiais necessários à utilização da solução restringem-se à infraestrutura já existente no Tribunal, especialmente estações de trabalho com acesso à internet e ambiente de rede institucional, não havendo necessidade de aquisição adicional de equipamentos, em razão da natureza da solução contratada.

### **3.1.2. RECURSOS HUMANOS**

#### **3.1.2.1. DISPONIBILIDADE**

O suporte técnico para incidentes críticos (Enterprise) deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A execução e sustentação da solução contarão com a atuação das equipes internas do TJAP, especialmente:

- Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC);
- Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI);
- Demais unidades demandantes da solução.

#### **3.1.2.2. QUANTIDADES / COMPETÊNCIAS**

A **equipe técnica da contratada** deve possuir experiência comprovada na implantação e suporte de plataformas de nuvem de grande porte. Pelo TJAP, atuam o Gestor do Contrato, Fiscais Técnicos, Fiscal Administrativo e a Autoridade Competente de Tecnologia.

**As equipes internas** possuem capacidade técnica suficiente para a gestão administrativa e fiscalização do contrato, bem como para o acompanhamento da execução dos serviços, não sendo necessária a ampliação do quadro de pessoal.

### **3.2. ESTRATÉGIA PARA CONTRATAÇÃO**

#### **3.2.1. PARCELAMENTO DO OBJETO**

Optou-se pelo não parcelamento, tratando a solução como um sistema único e integrado para garantir economia de escala e integridade técnica.

#### **3.2.2. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

A adjudicação será global, sem previsão de consórcio ou subcontratação, considerando a natureza integrada da solução e a necessidade de garantir a responsabilidade unificada pela prestação dos serviços.

#### **3.2.3. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

A contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, considerando a contratação com empresa pública cuja atividade é compatível com o objeto.

#### **3.2.4. CLASSIFICAÇÃO, INDICAÇÃO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

A contratação possui adequação orçamentária conforme o Plano Anual de Contratações e Planejamento Orçamentário do Tribunal.

A despesa será atendida com recursos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2026. Classifica-se, preliminarmente, no elemento de despesa 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, podendo, se necessário, haver complementação no elemento 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme a natureza específica dos serviços associados.

A dotação orçamentária específica será indicada no momento da formalização da contratação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no exercício correspondente.

#### **3.2.5. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência contratual será definido conforme o modelo de contratação adotado, observados os limites legais aplicáveis e a necessidade de manter o funcionamento dos serviços, sendo estabelecido, preferencialmente, em até 36 (trinta e seis) meses, desde que demonstrada sua vantajosidade para a Administração.

### **3.2.6. NATUREZA DO OBJETO**

O objeto caracteriza-se como **serviço de natureza continuada**, fornecido no modelo SaaS, envolvendo licenciamento, suporte técnico e serviços associados.

### **3.3. ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAL**

#### **3.3.1. AÇÕES DE CONTINUIDADE, SEUS RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS E PRAZOS**

Com o objetivo de evitar a descontinuidade dos serviços, serão adotadas ações de planejamento e acompanhamento da execução contratual, incluindo:

- Monitoramento do desempenho da solução e do fornecedor;
- Avaliação periódica da necessidade de continuidade ou evolução da contratação;
- Antecipação dos procedimentos necessários à nova contratação.

As ações deverão ser iniciadas com antecedência suficiente ao término da vigência contratual, de modo a garantir a continuidade dos serviços essenciais.

A manutenção preventiva, corretiva e evolutiva é responsabilidade da contratada durante toda a vigência. O monitoramento dos SLAs de 4h e 8h é realizado pelos Fiscais Técnicos do TJAP.

### **3.4. ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

#### **3.4.1. AÇÕES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL, SEUS RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS E PRAZOS**

A eventual transição contratual deverá ser conduzida de forma planejada e controlada, assegurando a continuidade dos serviços e a preservação do ambiente tecnológico existente.

Serão adotadas as seguintes medidas:

- Planejamento antecipado da transição;
- Validação da integridade dos dados e configurações;
- Acompanhamento técnico da mudança de fornecedor, quando aplicável;
- Execução de procedimentos que minimizem impactos às operações institucionais.

### **3.5. ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA**

#### **3.5.1. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

A contratada deverá assegurar a transferência de conhecimento técnico e operacional à equipe do TJAP, de forma contínua, incluindo:

- Entrega de documentação completa;
- Capacitação técnica através da "Academia de Vídeos";
- Treinamentos ao vivo para administradores e usuários.

#### **3.5.2. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Todos os direitos de propriedade intelectual e autorais sobre os dados e conteúdos gerados pelos usuários na plataforma permanecem com o Tribunal.

#### 4. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos contém a descrição, a análise e o tratamento dos riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso de todo o Ciclo de Vida da Contratação. Esse, por sua vez, é conjunto de fases e etapas necessárias para se adquirir um bem e/ou contratar um serviço, contemplando o planejamento, a execução, a avaliação e o encerramento do contrato. Dessa forma, para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações de mitigação e contingências, bem como a identificação de responsáveis por cada ação.

A Análise de Riscos está detalhada no anexo: "ANEXO - ANÁLISE DE RISCOS".

#### 5. APROVAÇÃO E ASSINATURA

INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
Nome: Genner de Lima Moreira Matrícula: 20099	Nome: Yan Fernando Maciel de França Matrícula: 44340	Nome: Bruno William Silva Lima Matrícula: 24679	Nome: Marcus Vinicius Homobono Brito de Moura Matrícula: 24513



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS HOMOBONO BRITO DE MOURA, Coordenador(a)**, em 17/04/2026, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GENNER DE LIMA MOREIRA, Secretário(a)**, em 17/04/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0294025** e o código CRC **4403BF09**.